



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002751-23.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LEANDRO PEREIRA DA SILVA**
 Requerido: **Americanas Com B2w Cia Global do Varejo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido via internet um produto da ré, realizando o pagamento respectivo sem que o recebesse posteriormente.

Alegou ainda que em contato com a ré soube que o negócio não foi estabelecido por intermédio de seu site, tendo sido na verdade vítima de estelionato.

Almeja ao ressarcimento do valor despendido.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida pela ré em contestação encerra matéria de mérito e como tal será apreciada.

O autor quando da elaboração do Boletim de Ocorrência pertinente ao evento consignou que a compra da mercadoria trazida à colação foi levada a cabo pelo sítio "americanas-top.com.br" (fl. 08).

Os documentos de fls. 05 e 09 convergem para a mesma conclusão, consignando aquele endereço eletrônico como o contactado pelo autor.

Já o da ré (fl. 16) não possui ligação com o mesmo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tais elementos conduzem à improcedência da ação.

Conquanto se reconheça que o autor possa ter sido levado a erro e até vítima de ilícito penal, inexistente qualquer indicação de que a ré tivesse ligação com tais fatos.

Não foi sequer aventado motivo concreto para estabelecer liame dessa natureza ou para fazer supor que de alguma maneira a ré se beneficiaria com os fatos em apreço.

Independentemente de se perquirir se o autor contribuiu para a eclosão do episódio noticiado, o que em princípio não se poderia descartar até pelo evidente baixo valor da mercadoria supostamente oferecida, o certo é que não se delineou amparo mínimo à ideia de que a ré tivesse prestado com deficiência seus serviços.

Bem por isso, não se detectando irregularidade de sua parte, não se acolhe o pleito exordial.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**